

Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da
Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Capital circulante negativo

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$5.792 mil em 31 de dezembro de 2022. Esse fator indica a existência de incerteza relevante que pode lançar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, a qual depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Marcio Albuquerque Cavalcanti
Contador
CRC nº 1 SP 264164/O-2

SOL DO SERTÃO OB II ENERGIA SOLAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.528	2.912	Fornecedores	9	64	18.364
Contas a receber	6	5.097	5.133	Empréstimos e financiamentos	13	16.456	16.471
Impostos a recuperar		9	-	Tributos e contribuições sociais a recolher	10	780	1.169
Despesas antecipadas		666	566	Partes relacionadas	12	1.537	783
Partes relacionadas	12	-	4.760	Encargos com energia elétrica	11	936	-
Outros ativos		681	1.177			19.773	36.787
		<u>13.981</u>	<u>14.548</u>				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	7	16.065	16.306	Empréstimos e financiamentos	13	357.671	347.921
Despesas antecipadas		-	85			357.671	347.921
Imobilizado	8	482.142	505.120	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível		136	136	Capital social	15	173.040	168.040
		498.343	521.647	Prejuízos acumulados		(38.160)	(16.553)
						134.880	151.487
TOTAL DO ATIVO		<u>512.324</u>	<u>536.195</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>512.324</u>	<u>536.195</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOL DO SERTÃO OB II ENERGIA SOLAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	16	54.730	29.821
Custos com energia elétrica	17	(9.513)	(5.406)
Custos de operação	17	(24.261)	(7.434)
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(33.774)	(12.840)
RESULTADO BRUTO		20.956	16.981
DESPEAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	18	(361)	(241)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		20.595	16.740
Receitas financeiras		5.834	911
Despesas financeiras		(44.876)	(30.212)
RESULTADO FINANCEIRO	19	(39.042)	(29.301)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(18.447)	(12.561)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(3.160)	(3.843)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(21.607)	(16.404)
Prejuízos básico e diluído por lote de mil ações - em R\$		(0,1253)	(0,2742)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOL DO SERTÃO OB II ENERGIA SOLAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(21.607)	(16.404)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:		
Parcela efetiva das mudanças no valor justo do instrumento de "hedge"	-	7.073
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(21.607)</u>	<u>(9.331)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOL DO SERTÃO OB II ENERGIA SOLAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	A integralizar			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	11.030	-	(7.073)	(149)	3.808
Aumento de capital em 7 de junho de 2021	27.000	-	-	-	27.000
Aumento de capital em 28 de setembro de 2021	130.010	(130.010)	-	-	-
Integralização de capital em 14 de outubro de 2021	-	130.010	-	-	130.010
Prejuízo do exercício	-	-	-	(16.404)	(16.404)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Ajuste a valor justo sobre "hedge accounting"	-	-	7.073	-	7.073
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	168.040	-	-	(16.553)	151.487
Aumento de capital em 15 de fevereiro de 2022	5.000	-	-	-	5.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(21.607)	(21.607)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	173.040	-	-	(38.160)	134.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOL DO SERTÃO OB II ENERGIA SOLAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(21.607)	(16.404)
Itens que não afetam o caixa operacional:			
Depreciação	8	19.891	6.239
Baixa ativo imobilizado		-	-
Ganho na alienação de ativos		-	(13)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	13	37.938	25.607
Amortização dos custos de transação		210	198
Provisão de fornecedores		-	1.357
(Aumento) Diminuição dos ativos operacionais:			
Contas a receber	6	36	(5.133)
Impostos a recuperar		(9)	3
Despesas antecipadas		(15)	(132)
Partes relacionadas	12	4.760	(4.760)
Outros ativos		496	(1.177)
Aumento (Diminuição) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(18.300)	(12.468)
Tributos e contribuições sociais e recolher	10	2.282	3.606
Partes relacionadas	12	754	106
Encargos com energia elétrica	11	936	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações		27.372	(2.971)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.671)	(3.007)
Juros pagos	13	(14.098)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>10.603</u>	<u>(5.978)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Títulos e valores mobiliários	7	241	(16.306)
Baixas (adições) ao imobilizado	8	3.087	(276.386)
Adições ao intangível		-	(133)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>3.328</u>	<u>(292.825)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital social	15	5.000	27.000
Contratos de mútuos a pagar		-	(39.500)
Captação/(amortização) de empréstimos e financiamentos	13	(14.315)	204.927
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(9.315)</u>	<u>192.427</u>
(DECRÉSCIMO) ACRÉSCIMO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4.616</u>	<u>(106.376)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.912	109.288
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		7.528	2.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOL DO SERTÃO OB II ENERGIA SOLAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. (“Companhia” ou “OB II”), é uma sociedade anônima fechado, constituída em 18 de setembro de 2018, com sede na BR 242 km 516, s/n, Zona Rural, CEP 47530-000, Município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia, tendo como objeto social a geração de energia elétrica por meio das Usinas UFV Sol do Sertão VIII e UFV Sol do Sertão XII.

A Companhia tem como acionista controlador a Sol do Sertão Holding S.A. (“Sol do Sertão”), cujo, objetivo social é a participação no capital de sociedades de propósito específico (“SPEs”) com foco em ativos de energia renovável tendo como investimentos o Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão localizada em Oliveira dos Brejinhos, no estado da Bahia e possui capacidade instalada total de 475.760 MWp, sendo 171.773 MWp da OB II e o restante das demais controladas.

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

Continuidade das operações

O capital circulante líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022 encontra-se negativo em R\$5.792 (R\$22.239 em 31 de dezembro de 2021). A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação. A Companhia durante o ano de 2022 gerou o caixa esperado (CCL teve variação positiva de R\$16.447), mas se necessário haverá aportes dos acionistas.

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente as suas obrigações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem para definir a provisão para riscos, a vida útil do ativo imobilizado e definição de taxa de desconto nos contratos de arrendamento. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.2. Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda esperada de créditos.

A provisão para perda esperada de créditos é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

3.4. Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados no resultado, quando incorridos.

3.5. Ativo intangível

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais. O saldo da Companhia é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas.

3.6. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa ao final de cada período o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve a identificação de ativos passíveis de ajustes nos seus valores recuperáveis.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.9. Impostos

A tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

3.10. Encargos com energia elétrica

Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL, em 31 de dezembro de 2022 correspondem à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

3.11. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

- Classificação do ativo financeiro:

Após ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são avaliados e classificados de acordo com sua natureza podendo ser mensurados ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou; (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

- Custo amortizado:

Um ativo financeiro é classificado e mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA):

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (VJR):

Todos os demais ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

- Reconhecimento:

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

- **Mensuração:**

As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos derivativos - “Hedge”

O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de “hedge” com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deva avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

O instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia para fins de proteção é o NDF (“Non-Deliverable Forward”) cambial: são contratos sob os quais a Companhia compra ou vende uma quantidade de moedas a uma taxa cambial fixa para data futura, liquidando a diferença entre a taxa negociada e a taxa apurada no vencimento do contrato, com prazo e volume semelhante ao ativo coberto.

Os derivativos contratados são classificados como “hedge” de fluxo de caixa e segundo os parâmetros descritos no CPC 48, a Companhia adota o “hedge accounting”. As principais características das atividades de “hedge” são baseadas nas numa Política de Gestão de Riscos que determina as exposições de cada projeto.

3.12. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

3.14. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada) da Companhia.

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

4. ADOÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

(i) Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 15 (R1) - Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado		
CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs	01/01/2022
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	2018-2020	
CPC 06 (R2) - Arrendamentos		
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola		

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou “Joint Venture”	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01/01/2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01/01/2023

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos bancários	2.699	720
Aplicações Financeiras	4.829	2.192
	<u>7.528</u>	<u>2.912</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa é composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos à um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras em CDB são remuneradas por taxa de 99% a 100,50% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (99% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG") (ii)	4.977	3.817
CCEE (i)	120	1.316
	<u>5.097</u>	<u>5.133</u>

(i) Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE informados a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

(ii) Contas a receber através de "Power Purchase Agreement" ("PPA") junto a Cemig. O contrato foi feito em condições usuais de mercado e prevê a venda de energia incentivada com a CEMIG entre o período de novembro de 2021 e dezembro de 2041.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	4.977	3.817
Vencidos até:		
01 - 30 dias	15	-
91 - 180 dias	-	1.316
Acima de 180 dias	105	-
	<u>5.097</u>	<u>5.133</u>

Em 31 de dezembro de 2022 não há registro de provisão para perdas de crédito. Os saldos vencidos são todos com a CCEE, e a Companhia vem recebendo em parcelas conforme inadimplência do mercado. Não existe dúvidas sobre o recebimento total dos valores.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CDB (i)	-	1.320
Conta reserva (ii)	<u>16.065</u>	<u>14.986</u>
	<u>16.065</u>	<u>16.306</u>

Os montantes apresentados referem-se a aplicações financeiras dadas em garantia:

- (i) CDB emitida em garantia aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”).
- (ii) Contas reservas, conforme contrato de empréstimo com o BNDES com vencimento de acordo com o contrato de financiamento e saldo ajustado de acordo com a variação do valor da parcela mensal da dívida.

8. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	<u>Taxa média Depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
<u>Imobilizado em serviço</u>			
Máquinas equipamentos	4,0%	465.590	485.638
Edificações e benfeitorias	3,6%	10.563	11.774
Móveis e utensílios	6.3%	<u>2</u>	<u>2</u>
		<u>476.155</u>	<u>497.414</u>
<u>Imobilizado em construção</u>			
Máquinas equipamentos		-	352
Sobressalentes		5.987	5.459
Serviços a ratear (i)		-	417
Adiantamentos a fornecedores (ii)		<u>-</u>	<u>1.478</u>
		<u>5.987</u>	<u>7.706</u>
		<u>482.142</u>	<u>505.120</u>

- (i) A rubrica “A ratear” é composta pelos custos com consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão fundiária, gestão ambiental, serviços relacionados ao projeto básico e engenharia do proprietário, despesas de viagens, apropriação de seguros e receitas financeiras capitalizáveis. Os custos a ratear são realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização serão rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).
- (ii) A rubrica de adiantamentos refere-se a recursos liberados a fornecedores de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços para implementação das usinas fotovoltaicas. No momento das entregas dos materiais e serviços os valores são incorporados ao ativo imobilizado.

b) Mapa de movimentação do imobilizado

	Valor Líquido em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2022
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Máquinas equipamentos	485.638	-	-	(544)	(19.504)	465.590
Edificações e benfeitorias	11.774	-	-	(823)	(387)	10.563
Móveis e utensílios	2	-	-	-	-	2
	<u>497.414</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.367)</u>	<u>(19.891)</u>	<u>476.155</u>
<u>Imobilizado em construção</u>						
Máquinas e equipamentos	352	5.221	(7.448)	2.175	-	-
Sobressalentes	5.459	537	(10)	-	-	5.987
Serviços a ratear (i)	417	391	-	(808)	-	-
Adiantamentos a fornecedores (ii)	1.478	-	(1.478)	-	-	-
	<u>7.706</u>	<u>6.149</u>	<u>(9.236)</u>	<u>(1.367)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>505.120</u>	<u>6.149</u>	<u>(9.236)</u>	<u>-</u>	<u>(19.891)</u>	<u>482.142</u>
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Máquinas equipamentos	-	-	-	491.744	(6.106)	485.638
Edificações e benfeitorias	-	-	-	11.907	(133)	11.774
Móveis e utensílios	-	-	-	2	-	2
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>503.653</u>	<u>(6.239)</u>	<u>497.414</u>
<u>Imobilizado em construção</u>						
Máquinas e equipamentos	171.542	263.545	(56)	(434.679)	-	352
Edificações	167	557	-	(724)	-	-
Sobressalentes	-	5.459	-	-	-	5.459
Serviços e a ratear	16.587	15.344	-	(31.514)	-	417
Adiantamentos a fornecedores	29.587	8.627	-	(36.736)	-	1.478
	<u>217.883</u>	<u>293.532</u>	<u>(56)</u>	<u>(503.653)</u>	<u>-</u>	<u>7.706</u>
	<u>217.883</u>	<u>293.532</u>	<u>(56)</u>	<u>-</u>	<u>(6.239)</u>	<u>505.120</u>

9. FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores nacionais	64	8.108
Provisões de fornecedores	-	1.504
Retenção contratual	-	8.752
	<u>64</u>	<u>18.364</u>

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS e COFINS	327	257
IRPJ e CSLL	450	863
ISS retido	-	7
ICMS	-	4
INSS retido	-	13
Outros impostos	3	25
	<u>780</u>	<u>1.169</u>

11. ENCARGOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Encargos de uso de rede elétrica	882	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	54	-
	<u>936</u>	<u>-</u>

12. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Ativo</u>		
Compartilhamento de custos (ii):		
OB I	-	4.328
OB III	-	432
	<u>-</u>	<u>4.760</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Passivo</u>		
Compartilhamento de custos:		
OB I (i)	1.537	783
	<u>1.537</u>	<u>783</u>

As principais operações entre partes relacionadas são:

- (i) Compartilhamento de custos - origem pela OB I: refere-se a valores de folha de pagamento e serviços contratados para o Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão através da OB I e que são rateados entre todas as SPEs do Complexo de acordo com a capacidade instalada de cada SPE.

- (ii) Compartilhamento de custos - origem pela OB II: refere-se a valores serviços contratados para a construção e operação da subestação e linha de transmissão referente ao Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão. Os gastos são rateados entre todas as SPEs do Complexo de acordo com a capacidade instalada de cada SPE.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) BNDES

Em 30 de outubro de 2020 a Sol do Sertão assinou contrato com o BNDES, tendo como beneficiárias do crédito a OB I, OB II e OB III. O total de recursos compreendido no contrato é de R\$910.000, integralmente desembolsados. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 4,18% ao ano.

O principal e juros da dívida deve ser pago ao BNDES em 273 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela vincenda em 15 de fevereiro de 2022. O vencimento do contrato é 15 de outubro de 2044.

A linha de crédito para a OB II foi disponibilizada através da linha de crédito "B": recurso total de R\$328.988 composto por subcrédito B1 no valor de R\$263.190 e subcrédito B2 no valor de R\$65.798.

b) Composição de empréstimos e financiamentos

<u>Empresa</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
OBII	BNDES	IPCA + 4,18% a.a.	15/10/2044	374.127	364.392
				<u>374.127</u>	<u>364.392</u>
Circulante				16.456	16.471
Não circulante				357.671	347.921

c) Fluxo nominal de pagamento

	<u>Fluxo nominal</u>
1 ano	16.658
2 anos	16.016
3 anos	16.112
4 anos	16.212
5 anos	16.316
Após 5 anos	295.142
	<u>376.456</u>

d) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Saldo em 2021	Atualização monetária	Juros	Transferências	Pagamentos	Amortização do custo de transação	Saldo em 31/12/2022
Principal	363.785	22.433	-	5.091	(14.315)	-	376.9943
Juros	3.146	32	15.473	(5.091)	(14.098)	-	(538)
Custo de transação	(2.539)	-	-	-	-	210	(2.329)
Total Circulante	<u>364.392</u>	<u>22.465</u>	<u>15.473</u>	<u>-</u>	<u>(28.413)</u>	<u>210</u>	<u>374.127</u>

	Saldo em 2020	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Transferências	Amortização do custo de transação	Saldo em 2021
Principal	122.969	206.019	27.176	-	7.621	-	363.785
Juros	-	-	86	10.681	(7.621)	-	3.146
Custo de transação	(1.645)	(1.092)	-	-	-	198	(2.539)
Total	<u>121.324</u>	<u>204.927</u>	<u>27.262</u>	<u>10.681</u>	<u>-</u>	<u>198</u>	<u>364.392</u>

e) Custo de transação

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

f) Índice de cobertura da dívida - BNDES

O financiamento com o BNDES referente a Companhia possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou "ICSD"), a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na Sol do Sertão Holding, com base nas demonstrações financeiras. O cálculo é obrigatório a partir do exercício de 2023 considerando os dados de encerramento em 31 de dezembro de 2022, e ele deverá ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) para distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração anualmente.

14. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia possui processo em fase administrativa correspondente a questionamentos sobre recolhimento de ISS no valor de 774 mil reais. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos considera o risco de perda como possível.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022, totalmente subscrito e integralizado é de R\$173.040 (representado por 173.040.211 ações). Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia era de R\$168.040 (representado por 168.040.000 ações).

l) Alterações ao capital da Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 15 de fevereiro de 2022 a Companhia aprovou: (i) o aumento do capital social de R\$168.040 para R\$173.040, um aumento de R\$5.000 mediante à emissão de 5.000.000 de novas ações ordinárias.

A composição do capital social por acionista é como se segue:

	<u>31/12/2022</u> <u>e 31/12/2021</u>
Sol do Sertão Holding S.A.	<u>100%</u> <u>100%</u>

b) Resultado por ação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(21.607)	(16.404)
Média ponderada de ações ordinárias	<u>172.409.863</u>	<u>59.824.356</u>
Prejuízos básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,1253)</u>	<u>(0,2742)</u>

16. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Geração de energia - contratada	57.251	28.879
Geração de energia - CCEE	<u>177</u>	<u>2.072</u>
Receitas operacionais	<u>57.428</u>	<u>30.951</u>
PIS	(373)	(201)
COFINS	(1.723)	(929)
TFSEE	<u>(602)</u>	<u>-</u>
Dedução das receitas operacionais	<u>(2.698)</u>	<u>(1.030)</u>
	<u>54.730</u>	<u>29.821</u>

17. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Compra de energia	(42)	(353)
Tarifa de uso do sistema de transmissão de energia ("TUST") (i)	<u>(9.471)</u>	<u>(5.053)</u>
Custos com energia elétrica	<u>(9.513)</u>	<u>(5.406)</u>
Pessoal e encargos	(303)	(147)
Materiais	(205)	(110)
Serviços de terceiros	(2.329)	(446)
Prêmios de seguros	(598)	(233)
Arrendamento e aluguéis	(620)	(194)
Depreciação e amortização	(19.891)	(6.239)
Outros	<u>(315)</u>	<u>(65)</u>
Custos de operação	<u>(24.261)</u>	<u>(7.434)</u>
	<u>(33.774)</u>	<u>(12.840)</u>

- (i) Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL.

18. RECEITAS/(DESPESAS) GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Materiais	(6)	(9)
Serviços de terceiros	(191)	(224)
Arrendamentos e aluguéis	(2)	(6)
Outros	(140)	(2)
	<u>(361)</u>	<u>(241)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Rendimentos das aplicações financeiras	2.449	429
Ganhos com derivativos	-	480
Receitas financeiras	<u>3.385</u>	<u>2</u>
	<u>5.834</u>	<u>911</u>
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(37.937)	(37.943)
Juros capitalizados (i)	-	12.336
Comissões, garantias e fianças	(6.797)	(3.272)
IOF	(70)	(135)
Perdas com derivativos	-	(1.107)
Perdas com variação cambial	-	(1)
Outras despesas financeiras	(72)	(90)
	<u>(44.876)</u>	<u>(30.212)</u>
	<u>(39.042)</u>	<u>(29.301)</u>

- (i) Valores capitalizados durante a fase pré-operacional da Companhia.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

(i) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Companhia tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. Durante a fase pré-operacional, a Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

(iii) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

b) Análise de sensibilidade

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data, considerando a taxa realizada do período (Cenário I), com apreciação de 25% % (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI e ao IPCA, o cenário I considerou a manutenção da cotação do CDI em dezembro de 2022 em 12,39% a.a. e ao IPCA em 5,79% a.a. e em dezembro de 2021 em 4,42% a.a. e 10,06% a.a. respectivamente.

Instrumento	Indexador	31/12/2022					
		Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	7.528	933	700	466	1.166	1.399
Títulos e valores mobiliários	CDI	16.065	1.991	1.493	995	2.488	2.986
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(376.456)	(21.797)	(16.348)	(10.898)	(27.246)	(32.695)
Exposição líquida		(352.863)	(18.873)	(14.155)	(9.437)	(23.592)	(28.310)

Instrumento	Indexador	Exposição	Cenário 1	31/12/2021			
				Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	2.912	129	97	64	161	193
Títulos e valores mobiliários	CDI	16.306	721	541	361	902	1.082
Empréstimos	IPCA	(366.931)	(36.913)	(27.685)	(18.457)	(46.142)	(55.370)
Exposição líquida		(347.713)	(36.063)	(27.047)	(18.032)	(45.079)	(54.095)

c) Instrumentos financeiros por categoria - valor justo e contábil

	31/12/2022	31/12/2021	Mensuração a valor justo
<u>Ativos financeiros</u>			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalência de caixa	7.528	2.912	
Títulos e valores mobiliários	16.065	16.306	Nível 2
Custos amortizado:			
Contas a receber	5.097	5.133	
Partes relacionadas	-	4.760	
<u>Passivos financeiros</u>			
Custos amortizado:			
Fornecedores	1.104	18.364	
Partes relacionadas	496	783	
Empréstimos e financiamentos	374.126	364.392	

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente (VJORA) baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento

21. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

22. GARANTIAS

a) Fiança bancária sobre Empréstimos e financiamentos

Garantias	Emissor	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos BNDES	Banco ABC Brasil	34.345	34.345
Financiamentos BNDES	Banco Santander S.A.	164.494	164.494
Financiamentos BNDES	Itaú Unibanco S.A.	66.444	65.075
Financiamentos BNDES	Banco Sumitomo Mitsui S.A.	65.075	65.075
		<u>330.358</u>	<u>328.987</u>

Além de fiança bancária, as garantias do financiamento com o BNDES incluem: (i) penhor da totalidade das ações de emissão da Sol do Sertão, OB I, OB II e OB III e (ii) penhor de máquinas e equipamentos relativos ao projeto e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes dos contratos, autorizações, contas reserva e contas centralizadores relativas ao projeto.

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis contudo não impactaram o caixa:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisões de fornecedores	-	1.357
Mútuos integralizados	-	130.010
Fornecedores a pagar	-	4.741
	<u>-</u>	<u>136.108</u>

24. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia referem-se principalmente a responsabilidade civil, riscos de engenharia, obras em construção e seguro garantia referente ao contrato de compra e venda de energia.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não temos conhecimento de quaisquer eventos subsequentes relevantes que, em nosso entendimento, requer divulgação.